

## **A guerra vista do chão: os conflitos militares em Portugal nos reinados fernandino e joanino observados numa perspectiva local**

Numa perspectiva que se afasta da visão global do exército régio, esta comunicação pretende mostrar que nem em alguns momentos excepcionais com toda a organização capaz de reunir cerca de 15 mil homens<sup>1</sup> em alguns momentos excepcionais se cobria toda a esfera de acção; dessa forma, pretendemos com este trabalho avaliar o espaço livre disponível para forças militares locais e/ou privadas. Qual a importância destes corpos armados? Qual o seu raio de acção? Quais os seus territórios de eleição? Que significava este modo de vida para estas comunidades? Quem integrava estas milícias? Em que condições de armamento? Quando se davam estes confrontos? Que tipo assumiam? Quem os comandava? Qual o grau de autonomia com que se fazia a guerra a nível local? Por quantos efectivos eram compostos estes corpos militares?

Para esta investigação utilizámos como fontes sistemáticas a Crónica de D. Fernando, a Crónica de D. João I e a Estória do Condestabre. Consultámos também as Actas de Vereação de Loulé em particular para o biénio 1384-85. Ocasionalmente explorámos algumas Cortes compreendendo o lapso temporal 1367-1490, afim de completarmos as ideias que tentaremos expor no nosso trabalho.

### **As milícias e a defesa do território em profundidade**

Onde quer que pensemos em milícias concelhias, pensamos também nas cidades: pela ajuda militar e financeira prestada<sup>2</sup> e pelo seu recinto fortificado.

<sup>1</sup> Sobre este assunto veja-se João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, p. 91-98. (Daqui em diante passaremos a citar *A Guerra em Portugal...*)

<sup>2</sup> Cf. Fernão Lopes, *Cronica Del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo*. Parte Primeira escrita por Fernão Lopes. Reprodução facsimilada da edição do Arquivo Histórico Português (1915) preparado por Luís F. Lindley Cintra, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977. (Daqui em diante passaremos a citar *CDJ I*). Tome-se por exemplo o cap. XLVIII, p. 86 da *CDJ I*: «*Entom veendo todos que lhe comviinha por seerem livres de tall sogeiçom, de acorrer a tamanha neçessidade como esta, hordenaram de dar ajuda e fazer serviço ao Meestre de [alguns dinheiros, e prometendo lhe a cidade] cem mill livras [em serviço] que eram [mill dobras] e que pagavom os Mouros e Judeus moradores em ella*». É importante realçar os tributos de carácter obrigatório que recaíam sobre as minorias étnicas. Estas sabiam, de antemão, que era uma contribuição para um fundo perdido, embora não tivessem escolha.

Diz-nos Contamine<sup>3</sup> que as cidades podem ter um elevado grau de autonomia militar e isso é visível na própria defesa da cidade. Estamos a reportar-nos ao sistema de vela e rolda, que tinha por objectivo vigiar os pontos-chave da cidade, alertando as populações vizinhas em caso de alarme<sup>4</sup>.

As origens das milícias concelhias relacionam-se com a Reconquista já que eram uma forma de não comprometer o território ganho a sul do Douro, com os conceitos de Apelido, que era uma força de emergência defensiva para lidar com uma invasão ou raide inesperados e a Anúduva, onde um conjunto de indivíduos levava a cabo obras de construção ou reparação de edifícios militares e, em virtude do foral a que a terra estava afectada, o constrangimento a determinadas acções ofensivas como o Fossado.

Logo, percebemos que as cidades eram defendidas mais ou menos activamente, consoante o seu número de habitantes e a sua localização geográfica, uma vez que as mais populosas e as que mais distam da capital, em virtude do atraso nas comunicações, que por sua vez é uma consequência da distância física, tendem a tomar o poder nas suas próprias mãos.

Consideramos que não seria de esperar que os concelhos conseguissem lançar ofensivas em grande escala. Por consequência, estas ofensivas rápidas e eficazes prestavam-se a vários objectivos: capturar gado ou bens/reféns, destruir colheitas, semear o medo.

## **Guerra local ou iniciativa privada?**

Pensar em guerra local é lembrarmo-nos de acções como o Apelido e a Anúduva. Podemos complementar esta visão com a vertente privada. Esta comporta um duplo sentido na sua terminologia. Tanto pode ser privada em termos de iniciativa, ou seja, de quem faz a guerra, como também pode ser privada quanto aos seus objectivos: a obtenção de lucros numa sociedade medieval desequilibrada em termos de riqueza ou o fustigar o inimigo. E como podemos separar ambas as ideias? Provavelmente nem sempre podemos. Tomemos por exemplo uma movimentação de tropas fronteiriças castelhanas que decidem entrar em Portugal. Mesmo numa acção defensiva, caso o resultado seja conclusivo, ou seja, a julgar a vitória de um dos lados, os soldados não recolhem a suas casas de mãos vazias. Todos os bens são considerados riqueza. Capturavam-se armas, cavalos, panos, roupa, víveres, gado e prisioneiros. Porém, havia também algo, não material, que se podia conquistar numa batalha: a honra. Esse é o grande móbil de Nuno Álvares Pereira assim que ele tem capacidade de pegar em armas.

---

<sup>3</sup> Philippe Contamine, *La guerre au Moyen Âge*, Paris, P.U.F., 1994.

<sup>4</sup> Cf. Iria Gonçalves, "Velas ou Roldas", in *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, reedição de 1979, vol. VI, p. 265.

Em seguida temos de nos perguntar: porquê o recurso a esta iniciativa privada? Esta será quicá tão fácil de explicar quando percebemos que a ocupação do território português estava longe de ser uniforme e para além disso não havia nem efectivos militares suficientes, nem uma organização estatal já desenvolvida para poderem assegurar a defesa dos termos e das vilas, em especial as raianas. Não obstante o cerco ser a principal forma de fazer a guerra na Idade Média, devido também à proliferação dos castelos<sup>5</sup>, há, todavia, uma lacuna defensiva estatal que é preenchida pela actuação dos populares, que podem ser liderados por pessoas mais ou menos ligadas ao poder central ou municipal. Podemos apontar alguns exemplos: Nuno Álvares Pereira, primeiramente fronteiro alentejano, é depois feito condestável do reino. Contudo, a sua forma de actuação é bem explícita e tende mais para a iniciativa privada e para a autonomia. Outro caso são os escudeiros com capacidade de liderança, como Antão Vasques, Álvaro Coitado e Pero Rodrigues<sup>6</sup>.

O que impulsionava estes homens? a nível pessoal, as pilhagens, o roubo e a consequente possibilidade de mobilidade social apresentam-se como os motivos mais plausíveis. A um outro nível, de carácter comunitário, a destruição da economia do inimigo constituiria um motivo sólido, especialmente em tempos de conflito, uma vez que sem recursos, o ataque é mais limitado ou mesmo impossível. Deveriam estas missões ser mais ou menos secretas, consoante os objectivos militares então determinados pelos comandantes<sup>7</sup>.

<sup>5</sup> Maurice Keen, *Medieval Warfare*. Oxford. Oxford University Press, 1999, p. 163-4.

<sup>6</sup> Para não nos tornarmos maçadores, remetemos o leitor directamente para as fontes. Por favor, cf. Fernão Lopes – *Cronica Del Rei Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo*. Parte Segunda escrita por Fernão Lopes. Edição copiada por William J. Entwistle. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977., LX, p. 147, para Antão Vasques. (Daqui em diante passaremos a citar *CDJ II*); *CDJ I*, cap. XCVII, p. 163-164 para Álvaro Coitado e Pero Rodrigues.

<sup>7</sup> Os cronistas apresentei-nos com diversos exemplos que ilustram ambas as situações. A primeira é um comandante, neste caso, o Condestável de Portugal comunicar a um comandante inimigo (o Mestre de Santiago de Castela) que lhe *queria por a praça*: após ter recuperado de doença prolongada que o afectou durante 3 meses, o Condestável reúne os seus homens em Évora e prepara-se para entrar em Castela. Estava-se a 17 de Junho de 1398. Antes disso, Nuno Álvares escreve uma carta ao Mestre de Santiago de Castela, cujo conteúdo o autor anónimo da *Estoria nos dá*: «*Senhor amigo, NunAlvarez Pereyra (...). Faço-vos saber que a mym foy dito que vós teendes feito vosso ajuntamento de vossa gente pera me viir buscar, e fazer mal e dapno em esta terra de meu senhor el-rey, de cuja guarda tenho carrego, e saberdes que me prouve e praz serdes asy prestes, como dizem que sodes, porque dias ha que esta mesma vontade tinha eu de vos hyr buscar honde quer que fossees, e fuy torvado por seer doente algum tempo. E porque, a Deos graças, eu som ja bõ de minha saude e muy prestes pera hiir asy de vontade, como da geente que ja comigo tinha e tenho junta, e porque outrosy esta terra he muyto quee, e por vos escusar de trabalho, vos rogo quanto posso que vos soffrade e nom curees de viir trabalhar, porque, prazendo a Deos, eu entendo seer honde quer que vós fordes, tam toste e mais do que vós podees vir. E por vos, emtanto, avisardes dalgũas cousas que vos pera esto mais comprem, vollo faço saber» (*Estoria de Dom Nuno Alvarez Pereyra*. Edição crítica da '*Coronica do Condestabre*' com introdução, notas e glossário de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: 1991, cap. LXVIII, p. 168-9. (Daqui em diante passaremos a citar *Condestabre*). Opõem-se a uma situação deste género, por exemplo, as surtidas feitas de surpresa, comandadas por alguns alcaides. Retome-mos um já referido exemplo: Álvaro Coitado de Vila Viçosa e Pero Rodrigues do Alandroal fazem uma surtida a Castela «*e foram ao emxido de Chellas sobre o quarto daalva; e fezerom presa em dous fatos de vacas de Garçia Gomçallvez de Grisallva; e tomarom quatorze vaqueiros e arramcarom as temdas, e carregarõ os fatos com todos seus aparelhos. E assi trouverom vacas e novinhos e egoas com seus pastores, que nom escapou mais que huũ que foi dar novas a Villa Nova de Fresno e a Alcomchell logares do senhorio de Castilla. E Pero Rodriguez e Alvorõ Cuitado mamdarom tamger a cavallgada aos homeẽs de pee, e lhes derõ dez de cavallo que vehessem com**

Falta-nos responder a uma questão: quem eram estes corpos militares? Podemos apontar duas origens para eles. Uma que advém da necessidade e da oportunidade e outra de cariz ancestral. Quanto à última podemos lembrar as milícias urbanas, bem estudadas por José Mattoso, que contribuíram para o sucesso da Reconquista<sup>8</sup>. Estas milícias, nomeadamente as do norte de Portugal, foram tendo cada vez menos intervenção no campo de batalha à medida que a fronteira com os mouros ia progredindo para sul. Não obstante, se não batalhavam contra os mouros, os seus préstimos eram indubitavelmente úteis nas batalhas contra Castela.

Já o cariz prático destas pequenas forças armadas advém da capacidade e da disponibilidade de efectivos militares de certos concelhos, nomeadamente os mais populosos. É o que João Gouveia Monteiro chama de concelhos com expressão militar própria<sup>9</sup>. Como consequência temos um reino mais seguro, uma vez que a cidade tem capacidade de acção por si mesma. Somos levados a pensar em duas premissas contraditórias na manutenção destas milícias concelhias: a já focada incapacidade do poder central de manter um corpo permanente na defesa do território e por outro lado, a antagónica capacidade de um concelho disponibilizar homens para a guerra criando o seu exército, que defende a sua cidade e termo e ataca os inimigos se necessário for. Porém, esta interacção com os inimigos é muito mais frequente em concelhos localizados próximo da raia.

Estas forças tanto actuam por si só, como participam em batalhas de maior dimensão integrando o exército régio, onde têm um relativo grau de autonomia, utilizando insígnias próprias e bandeiras, embora seguindo ordens superiores.

---

*elles; e elles com os beesteiros ficaram em rreguardo, se alguãa gente rrecreçesse pera pellejar. A qual cavallgada passaram per Ferreira, e ceherom com ella per o soverall da Hordem, amtre a villa do Allamdroall e Jurumenna». (CDJ I, cap. XCVII, p. 163-164). O total de 200 peões e 45 cavaleiros é chefiado pelos dois alcaides, que conseguem um saque considerável e regressam em segurança a Portugal, como pudemos perceber pela citação. Pode ainda dar-se uma situação em que um ataque desperte o sentido de defesa dos atacados, causando um contra-ataque. É o caso da expedição comandada por Antão Vasques, em 1385, que com uma força estimada por Fernão Lopes em 400 peões, 15 homens de armas, 20 besteiros, 40 cavaleiros e oito escudeiros do Condestável, roubam Arronches, indo daí a Cortegana. Após negociação falhada (porque os portugueses descobriram o ardil que os castelhanos lhes montavam), o arrabalde é queimado e a vila roubada. Já em Portugal, João Esteves Correia, um escudeiro encarregado de guardar o arraial português, descobriu os castelhanos e infiltrou-se no grupo, ouvindo como os inimigos queriam atacar Antão Vasques. Quando reuniu os conhecimentos que achou necessários, espo-reou o cavalo e galopou em direcção ao seu arraial. Foi um acto de bravura que lhe permitiu perceber a dimensão da hoste castelhana. Assim que os exércitos se encontraram em igualdade orográfica, «(...) se auamtejou Amtom Vaasquez rijamente e sete homeens darmas com elle; e com as lamças nas mãos foram dar na pauesada, e der-rybarom logo cada huum seu. Dessy os outos juntarom com elles; e husando bem das armas que pera ferir tra-gyam, foy tam pouco o espaço que os castellaãos sofrerom a pelleja que foy escarnho de veer; e logo tornarom costas, começando de fugir (...)).» (CDJ II, cap. LIX-LX, p. 144-149.*

<sup>8</sup> José Mattoso, *Ricos-homens, infanções e cavaleiros – a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*. Lisboa: Guimaraes e C.<sup>a</sup> Editores, 1982, p. 174.

<sup>9</sup> *A Guerra em Portugal...* p. 76-79.

Nas frontarias fazia-se a guerra do “toca e foge”, próprio de pequenos exércitos ou grupos armados, cujo objectivo é saquear o inimigo e colocá-lo na defensiva.

Este tipo de guerra tem um nome: *guerra guerreada*, que é uma expressão coeva e está bem enraizada no imaginário medieval. Traduz-se não numa espera, mas numa acção dinâmica que se assume como uma «forma de fazer a guerra *alternativa* à batalha campal (...)»<sup>10</sup>, já que a guerra aberta e nomeadamente a batalha campal comportariam riscos que, por vezes, seriam demasiado elevados de suportar. Actualmente, chamar-lhe-íamos guerrilha.

Há factores que condicionam e propiciam este tipo de guerra. Numa altura em que as melhores vias de comunicação eram as velhas estradas e pontes romanas, seguidas de caminhos de pé posto, facilmente reparamos que a orografia associada ao clima favoreciam os ataques rápidos de corpos ligeiros e com boa capacidade de mobilidade<sup>11</sup>, sem contar com a tradição militar muçulmana que já data da Reconquista: quanto mais quente fosse o clima, menos do armamento e mais da velocidade dependeria o ataque.

Como vimos, este tipo de guerra afecta a economia local, mas também influi na vertente social uma vez que a guerra promove os soldados que nela se destacam, contribuindo para consolidar a nobreza de espada. Além disso, ao serem pessoas da terra, acabam por exercer uma enorme influência sobre os homens que comandam, partilhando os perigos e os êxitos; estes corpos têm os ingredientes para serem uma força de sucesso e são muito coesos, ao contrário dos grandes exércitos.

Apontaremos alguns exemplos de autonomia local em duas situações distintas: a primeira na legislação de Loulé, e a segunda através de citações das crónicas de Fernão Lopes.

Nas Actas de Vereação de Loulé encontramos imposições expressas pelo Mestre de Avis que denotam preocupações monetárias<sup>12</sup> e urbanísticas. Para além destas, notámos a existência da iniciativa concelhia, de índole defensiva activa, quando por exemplo o concelho manda quatro homens de armas e cinco besteiros a Mértola para defesa dessa vila<sup>13</sup>, ou mais amiúde de índole defensiva na sua forma passiva, o concelho se acautela: reparações na torre da porta de Faro<sup>14</sup>, abastecimento da cidade de bens como o carvão e a lenha<sup>15</sup>, a

<sup>10</sup> *A Guerra em Portugal...* p. 374.

<sup>11</sup> Estes dois aspectos já foram observados por MONTEIRO (*A Guerra em Portugal...* p. 374 / e por POWERS (James Powers, *A society organized for war. The Iberian municipal militias in the Central Middle Ages, 1000-1284*, Berkeley-Los Angeles, London: University of California Press, 1988, p. 159).

<sup>12</sup> Vereações de Loulé: sessão de 6 de Fevereiro de 1385, p. 31-2.

<sup>13</sup> *Ibidem*, sessão de 25 de Maio de 1385, p. 50.

<sup>14</sup> *Ibidem*, sessão de 24 de Dezembro de 1384, p. 22.

<sup>15</sup> *Ibidem*, sessão de 24 de Dezembro de 1384, p. 27.

convocação de alardos<sup>16</sup> e o destacamento de vigilância para a porta da vila<sup>17</sup>.

Queremos então reforçar a ideia de que em Loulé, (e certamente em muitas outras vilas cuja documentação não chegou até nós), há preocupações defensivas, quer activas, quer passivas. A gestão do concelho é feita com o objectivo de a cidade se defender por si mesma, de forma a não ser subjugada e preservando a sua autonomia e liberdade.

Vejamos agora dois exemplos de autonomia local extraídos da crónica de D. João I: Lopo Gomes de Lira, capitão de Castela exorta o arcebispo de Santiago de Compostela a atacar a cidade do Porto, argumentando que esta não estaria unida e por serem maioritariamente concelhios, não seriam capazes de montar uma defesa eficaz e mesmo que montassem, não teriam hipóteses contra experimentados homens de armas. Enganou-se. Após um conselho tal como acontece nas batalhas régias, o Porto decidiu sair e lutar e prontamente juntou uma força «*do mayor ataa o mais pequeno que podia tomar armas*»<sup>18</sup>, liderados pelo conde D. Pedro e totalizando 2500 homens! Para que tenhamos uma noção de grandeza mais aproximada, se tomarmos como exemplo a hoste real com 12 mil efectivos, então o Porto juntou um 1/5 dos soldados do exército régio! Como não tinham montadas, retornam à cidade e no dia seguinte saem novamente, sendo auxiliados pelos marinheiros que chegam com as galés vindas de Lisboa. A força lisboeta empunhava a bandeira do Mestre de Avis, enquanto que os do norte seguem a bandeira desfraldada com a insígnia do concelho, indo todos «*rregidos em batalha*»<sup>19</sup>. Quando os galegos souberam destas novidades, furtaram-se ao combate e passam o rio Leça para a outra margem<sup>20</sup>, fortificando a sua posição sobre a ponte, o que trouxe algumas dificuldades aos portugueses.

Outra bomba-relógio pronta a explodir é a frontaria alentejana. Cientes da sua distância face ao poder régio, os alcaides tomam algum poder de decisão nas suas mãos. Estes corpos alentejanos têm duas vertentes: uma primeira e mais precoce, numa fase em que os partidos ainda não estão bem definidos e estas forças se limitam a tomar voz pelo Mestre de Avis e a assegurar o controlo e a posse dos castelos em seu nome (como é o caso da tomada do castelo de Beja, sendo liderada a milícia por Gonçalo Nunes e Vasco Rodrigues, ambos escudeiros<sup>21</sup>, ou a tomada dos castelos de Portalegre e Estremoz).

<sup>16</sup> Ibidem, sessão de 8 de Maio de 1385, p. 48.

<sup>17</sup> Ibidem, sessão de 14 de Julho de 1385, p. 51.

<sup>18</sup> *CDJI*, cap. CXIX, p. 204.

<sup>19</sup> *CDJI*, cap. CXX, p. 206.

<sup>20</sup> *CDJI*, cap. CXX, p. 205-207.

<sup>21</sup> *CDJI*, cap. XLII, p. 72-75. O mesmo se sucedeu com o castelo de Lisboa que foi entregue sem luta.

## A origem e o comando das milícias

Cedo concluímos que grande parte ou mesmo a esmagadora maioria destes homens deve pertencer aos círculos concelhios através dos círculos militares obrigatórios definidos por graus de riqueza: aquantiados, besteiros do conto e besteiros de cavalo (a partir de 1392). Estes homens estariam mais ou menos experimentados no exercício da guerra, o que não anula que outras pessoas, que não fazem a guerra habitualmente, não a possam fazer mediante circunstâncias urgentes que se impõem ou mediante considerarem ser uma boa oportunidade para se distinguirem e aumentar os seus proveitos pelo saque.

Vamos focar dois exemplos, um com comando militar por parte de escudeiros e outro sem capitães definidos:

Imediatamente antes da tomada do castelo de Estremoz pelo povo, este intimou João Mendes, alcaide do castelo, que o deixasse e viesse para a vila. Isto seria uma forma de os populares se certificarem de que o alcaide tomava o mesmo partido que eles. Como a tal o alcaide se recusou, os populares «*determinarom de o cõbater; e tomarom huũ carro, e poserom no na praça, e hordenarom de poer nelle as molheres e filhos dos que demtro estavam com ho Alcaide, que eram todos naturaaes do logar*»<sup>22</sup>.

Desprovido de outros meios como máquinas de guerra e dinheiro, esta chantagem era um meio fácil e rápido que servia os objectivos populares. Além do mais, resultava.

Frequentemente, estes ataques populares tinham um capitão, por norma, pertencente à baixa nobreza – como podia ser o caso de um escudeiro, que liderava a multidão. É o caso da milícia conduzida por Vasco Rodrigues e por «*Gomçallo Nunez dAllvellos, que nom era dos grandes nem dos mais pequenos*»<sup>23</sup>, que toma o castelo de Beja, uma vez mais porque os maiores da terra estavam pela rainha e os homens simples pelo Mestre.

O rei não é o único a lucrar com a vigilância e a acção de tais milícias. Se pensarmos que os milicianos são pessoas da vila ou aldeia cujo termo vigiam, certamente compreendemos que eles próprios e as suas famílias tiram partido da defesa imposta pelos soldados. Não estamos a falar apenas do território *per se*; falamos também das pessoas que, capturadas, serviam como escravos ou moeda de troca face a outros prisioneiros; falamos também de gado, colheitas, riquezas e outras possessões susceptíveis de serem saqueadas.

Contra um ataque surpresa, a milícia local frequentemente não tinha tempo de se organizar para defender. É uma das desvantagens de não ser um corpo

<sup>22</sup> *CDJ I*, cap. XLIII, p. 76.

<sup>23</sup> *CDJ I*, cap. XLII, p. 72.

permanente, em alerta. Do seu lado, tinha a vantagem de conhecer o terreno e esperar que o inimigo cometesse, quiçá, algum erro. A ausência da vigilância permanente não impede que haja pessoas na vila, que ocupem as torres e os panos de muralhas, mas também em torres de vigilância sobre o termo da vila, designadas para dar o alerta caso vejam algum sinal de perigo.

As alturas mais problemáticas para uma povoação são duas: ou quando a milícia está em campanha, ou na altura da colheita. Em qualquer dos casos, a população da cidade está substancialmente reduzida e vulnerável a um ataque inimigo.

Pelos testemunhos recolhidos nas fontes, podemos sugerir que as mais comuns seriam as cavalgadas, frequentemente para roubo de gados, que podiam ser acompanhadas ou não de escaramuças.

Vejamos alguns exemplos do que acabámos de assinalar: no núcleo duro da guerra, ou seja, no Alentejo, Gil Fernandes juntou 70 homens de armas e 400 peões para fazer uma cavalgada em Castela. À partida, temos um número impressionante de combatentes num *mero* exército local. Como é que se junta tanta gente apenas em Elvas? Certamente que as clientelas e os benefícios da guerra não estariam alheios a esta participação tão avultada em efectivos.

Da incursão em Castela resultou um grande roubo de gado, bestas de carga e prisioneiros. Contudo, não seria fácil defender um saque tão grande, o que punha em perigo não só o produto do roubo, mas também as populações portuguesas devido à ausência dos soldados.

A maneira que Gil Fernandes encontrou de sair desta situação delicada foi fazer-se passar por alguém que não era: espalhou o boato que ele próprio era o infante D. João, fronteiro-mor da comarca. Ao mandar os que o acompanhavam chamar-lhe D. João e ao obrigar os prisioneiros a beijar-lhe a mão em jeito de senhor e ao conceder-lhes a misericordiosa libertação, eles encarregaram-se de espalhar ainda mais o rumor de que andava pela terra o infante D. João. Assim pôde Gil Fernandes operar a um nível muito localizado e voltar a Portugal com os lucros do roubo<sup>24</sup>.

Tentámos ao longo deste pequenino trabalho mostrar como estes corpos para-militares, informais, oportunistas e maioritariamente concelhios, por via das lacunas a nível militar, acabam por assumir um papel de esmagadora importância, nomeadamente no controlo dos termos da raia, uma vez que são zonas de conflito latente, já que a linha de fronteira não existia fisicamente. Com a assinatura do tratado de Alcanizes em 1297, a situação tende a ficar mais precisa a nível de fronteiras, mas esta sempre se apresentou mais como uma zona *cinzenta*, do que como uma zona de *preto e branco*.

---

<sup>24</sup> Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, Edição crítica de Giuliano Macchi, Lisboa, Impensa Nacional-Casa da Moeda, 1975, cap. XXXVII, p. 123-124.

Concluímos que, ao fazer parte do quotidiano das populações, a guerra, nas várias vertentes possíveis, mas agrupada na designação genérica de *guerra guerreada*, apresentava-se como uma faca de dois gumes. Tanto trazia desgraças, como se revelava geradora de riquezas. Teve, portanto, um peso muito importante na economia destes aglomerados populacionais, ao longo de toda a Idade Média, sendo que este impacto local da guerra é uma das mais fortes explicações para a iniciativa e mesmo autonomia local para fazer essa mesma guerra.

Se falamos, na generalidade, de pequenos aglomerados populacionais onde se destacam os da zona da raia devido à proximidade com os (muitas vezes inimigos) castelhanos, as iniciativas bélicas destes pequenos grupos torna-se, como tivemos oportunidade de apontar, decisiva, não só para o indivíduo mas também para a comunidade que, com uma vitória significativa, melhora o seu nível de vida, pelo menos durante algum tempo.

Também poderemos dizer que não se fica quase nunca à espera de ordens ‘de cima’, embora elas sejam solicitadas com normalidade.

Verifica-se a existência de numerosos comandantes militares experientes e com liderança e até carisma, sejam fidalgos de nome feito, como aconteceu em Trancoso, seja uma casta de escudeiros locais, que só caso a caso se pode dizer se são da nobreza ou simplesmente de camadas aristocratizadas do povo (sobre as quais se continua a saber muito pouco). Verifica-se repetidas vezes uma capacidade de mobilização local muito rápida e conseguindo números que, para quem está familiarizado com as modestas dimensões dos contingentes medievais (mesmo dos exércitos do rei), são de respeito: os concelhos alentejanos de fronteira põem no terreno num curto espaço de tempo hostes de meio milhar de combatentes, dos quais facilmente uma centena a cavalo e arnesada<sup>25</sup>.

Se cercada, qualquer fortaleza ou terra amuralhada demonstra elevadas capacidades tácticas, técnicas e logísticas de aguentar por muito tempo, nem que o cercador seja o rei de Castela em pessoa e o seu exército – ou o Mestre de Avis.

É verdade que, quando a iniciativa é marcadamente popular, e quando a “arraia-miúda” trata dos assuntos, assistimos a tácticas e expedientes de combate talvez excessivamente brutais. Mas muito eficazes. Podemos adiantar o exemplo de quando a multidão mandou repicar os sinos das igrejas de Lisboa em nome do Mestre, na Sé não quiseram fazê-lo. Então, os populares irados, sabendo que D. Martinho era bispo de origem castelhana e que na óptica deles

---

<sup>25</sup> *CDJI*, cap. CVII, p. 181: vejamos um dos muitos exemplos possíveis, o caso de Gil Fernandes, que juntou 100 cavaleiros e 400 peões de Elvas e foi roubar a terra de Exarez, em Castela, trazendo prisioneiros, vacas e ovelhas.

estaria provavelmente do lado da rainha e do conde Andeiro, logo concluímos que deveria ter sabido da *traição e morte* que queriam dar ao Mestre de Avis. Quiseram matá-lo. «*O Bispo veendo como era Castellaão, e de naçom a eles comtraira, reçeava muito em tall uniom*»<sup>26</sup> e não deixou que as portas da torre da Sé se abrissem. Foram então mandados Silvestre Esteves (que Fernão Lopes reconhece como procurador da cidade e homem honrado) e o alcaide pequeno, para matar D. Martinho. Como estes estavam na dúvida se o deveriam fazer e a demorar mais do que a paciência da turba podia suportar, o povo bradou-lhes: «*Que tardada he essa que vos la fazees, que ãõ deitaaes esse tredor afumdo? E como? Ja vos tornastes Castellaãos come elle? E demais se vos peitou o que nom deitassees, e sooes ja todos dhuũ acordo?*»<sup>27</sup>.

Receando o pior, uma vez que as suas vidas estavam em perigo, tiveram mesmo de lançar o bispo da torre uma vez que as suas vidas estavam em perigo, sendo que mesmo após a morte deste, «*lhe foram dadas outras muitas (feridas), como sse gaamçassem perdoamça, que a sua carne ja pouco semtia*»<sup>28</sup>.

E quando a mesma “arraia-miuda” ocupa castelos ou redutos inimigos, a memória da opressão sofrida sobrepõe-se a quaisquer considerações estratégicas de futuro, e defesas preciosas são reduzidas a pó. Mas, passada essa fúria, de pronto se organiza “a vela e rolda” tradicionais, desta vez ao serviço do Mestre de Avis.

Manifestamente importante é também o caso das frontarias, sobretudo no Alentejo, onde existe mais iniciativa local devido a ser uma zona raiana, junto ao inimigo e, como tal, há mais autonomia, mais saques e mais incursões em território castelhano, o que dá a estes vizinhos hábito e preparação militares na sua vida quotidiana. Só a proximidade com a guerra permite explicar o grau de autonomia e de iniciativa local que estas pequenas comunidades desenvolvem.

---

<sup>26</sup> CDJ I, cap. XII, p. 25.

<sup>27</sup> CDJ I, cap. XII, p. 25.

<sup>28</sup> CDJ I, cap. XII, p. 25.